

PERFURAR ÁGUA, NASCER PALAVRA

Arami Argüello¹

RESUMO

Neste artigo pretende-se refletir sobre possíveis caminhos para o desenvolvimento de projetos ou ações culturais no contexto das retomadas indígenas kaiowás, por meio de uma análise da experiência vivida no projeto sociocultural Caminho das Águas. O projeto em questão nasceu da urgência em promover o acesso à água a comunidades indígenas kaiowás do Mato Grosso do Sul, no contexto da crise sanitária causada pela pandemia de Covid-19. O intuito é refletir sobre possíveis desdobramentos dessa proposta que nasce com um perfil de assistência humanitária, realizada pelo espaço cultural Casulo, e pretende-se transformar em um projeto que permeia as áreas da cultura e dos direitos humanos.

Palavras-chave: Cultura Indígena. Kaiowá e Guarani. Desterro. Projeto Sociocultural. Gestão Cultural. Mato Grosso do Sul.

ABSTRACT

This article intends to reflect on possible paths for the development of projects or cultural actions in the context of Kaiowá indigenous recovery through an analysis of the experience lived in the socio-cultural project Caminho das Águas. The proposed project was born out of an urgent need to promote access to water for Kaiowá indigenous communities in Mato Grosso do Sul, in the context of the health crisis caused by the COVID-19 pandemic. The aim is to reflect on possible consequences of this proposal, which was born with a profile of humanitarian assistance, carried out by the Casulo cultural space, and intends to transform it into a project that permeates the areas of culture and human rights.

1 Mestra em artes da cena pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), gestora e produtora cultural e artista indigenista. Morou por muitos anos no estado do Mato Grosso do Sul, onde iniciou sua trajetória em artes cênicas formando-se em teatro pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Lá também teve uma inserção significativa em pautas que tangem a temas como políticas culturais, territorialidade e resistência, por meio de projetos de pesquisa e extensão em territórios indígenas dos Kaiowá e Guarani e assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). E-mail: aramimarschner@gmail.com.

Keywords: Indigenous Culture. Kaiowá and Guarani. Exile. Socio-cultural Project. Cultural Management. Mato Grosso do Sul.

RETRATO-MEMÓRIA

Proponho um pequeno exercício imagético com a intenção de iniciar esta escrita e leitura aproximando as/os lentes, às características de um contexto cultural e territorial específico, presente na região da cidade de Dourados no estado do Mato Grosso do Sul.

[Pausa]

Sons de formigas cortadeiras, um bater de asas, a música escorregadia de um riacho que corre, revoada de mosquitos, grilos ecoando sua toada ritmada quando o canto coletivo das cigarras anuncia o entardecer ao grito das araras-vermelhas, estridentes. O território no sul do atual Mato Grosso do Sul era constituído por uma Mata Grossa, em alguns lugares densa, presente no bioma da Mata Atlântica, em outros lugares espaçada, formada pela biodiversidade do Cerrado. Esta mata dá nome a um dos grupos indígenas que residem até hoje em terras sul-mato-grossenses e paraguaias: os Kaiowá — Ka’agwa² — “os que são da Mata”.

“Antigamente caminhava bastante, sumia no meio do mato. Era a coisa mais bonita. Se você procurasse não achava...”, conta-nos o *Ñanderu*

2 Sobre a denominação Kaiowá e de outros etnônimos, é importante aclarar algumas questões. No passado, o termo “Guarani” foi aplicado indiscriminadamente também a grupos que, mesmo não sendo falantes do guarani, foram integrados ao sistema colonial, o que resultou no silenciamento de várias etnias. Atualmente, o termo Guarani é usado de forma generalizada tanto por indígenas quanto por indigenistas. No âmbito nacional e internacional, os próprios indígenas parecem preferir serem chamados Guarani, pois seus etnônimos particulares são menos conhecidos. Por outro lado, o termo composto “guarani-kaiowá” tem sido bastante usado pelos próprios Kaiowá, na luta pelos seus direitos. Este nome também vem sendo usado amplamente por jornalistas, documentaristas e intelectuais. No Brasil, o único grupo que se autodenomina “Guarani” na atualidade são os conhecidos como *Ñandeva*, na literatura antropológica (CHAMORRO, 2011). Nesta pesquisa, uso o termo Kaiowá, pois as comunidades indígenas com as quais trabalhei se autodenominam “Kaiowá” (idem, 2015). Apesar de os Guarani e os Kaiowá que vivem na região de Dourados falarem línguas muito próximas, compartilharem há muitas décadas o mesmo território e estabelecerem intercâmbios e diálogos culturais entre si, é importante ressaltar que as práticas culturais e a organização social dos dois grupos se diferenciam e que, geralmente, esses indígenas fazem questão de reforçar as suas diferenças.

(xamã) Jorge, morador da Reserva Indígena de Dourados (MOTA, 2015, p. 115).

Hoje a beleza do caminhar e “sumir” na mata vive na memória das/os anciãs/os mais velhas/os e aparece como um retrato nostálgico nas narrativas de lideranças kaiowás que junto às suas comunidades ocupam pequenos territórios em frente a grandes latifúndios de monocultura de milho ou soja transgênica e cana-de-açúcar.

O pássaro *Jyryi* quando entardece, não canta mais... isso é muito triste. O *Jyryi* na verdade te ensina um canto, por isso é muito ruim que ele não tem mais. Antigamente se dizia que você receberia um grande ensinamento se escutasse o canto do *Jyryi*. Mas hoje não tem mais *Jyryi* e não tem mais ensinamento,

conta-nos a *Ñandesy* (xamã) Floriza, ao lembrar o tempo em que ela era criança e ainda não vivia na Reserva Indígena de Dourados (TEKOHA-RÃ, 2020).

[Pausa]

Estrondo da explosão de pedras, uma pedreira, som de imensas colheitadeiras. Ao fundo desse conjunto de ruídos, resistem os sons de um par de araras que atravessam voando a plantação. As enormes máquinas pulverizadoras de agrotóxico contrastam com o som dos *mbarakás* e dos *takuás*³ — instrumentos percussivos dos Kaiowá, nos quais se fazem presentes os sons e as palavras “dos que são da Mata” e dos que a trazem consigo.

A partir dos anos 1970, a população kaiowá passou a ser sistematicamente levada de seus esconderijos, as pequenas matas presentes do fundo das fazendas, para as oito reservas criadas entre 1915 e 1928 pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI)⁴. Desde as últimas décadas, a maior parte

3 Mbaracá: instrumento de cabaça com sementes; Takuá: instrumento de taquara grossa e oca por dentro.

4 Criado em 1910, o SPI operou em diferentes formatos até 1967, quando foi substituído pela Fundação Nacional do Índio (Funai), que funciona até os dias de hoje.

dos Kaiowá vive nessas reservas⁵, hoje superlotadas. Outra parte vive em acampamentos, geralmente em frente às grandes propriedades que ocuparam terras outrora habitadas por seus avós. Essas famílias retornam “à beira” das terras que habitavam antes, configurando um modo de viver radicalizado na resistência à realidade imposta brutalmente pelos colonizadores do Mato Grosso do Sul às suas famílias, os povos originários da antiga Mata Grossa. Esses acampamentos são chamados de “retomadas”, ocupações territoriais de famílias kaiowás e guaranis que se instalam por meio de estruturas improvisadas de bambu, madeira e lona em franjas de terra geralmente localizadas em frente a fazendas de monocultura. As retomadas são ocupações territoriais que retratam o enfrentamento direto da população indígena ao sistema econômico e cultural pautado no agro-negócio, amplamente difundido nas terras planas do Mato Grosso do Sul e de outras partes do Centro-Oeste.

Algumas dessas retomadas estão à beira de rodovias, em situação muito precária. Mas é ali que os Kaiowá mantêm viva a esperança de retomar uma parte de suas terras tradicionais onde estão enterrados as/os suas/seus antepassadas/os e o cordão umbilical de algumas pessoas ainda vivas. Assim, ligadas à terra pelo nascimento e pela morte, essas pessoas desejam retomá-la para poderem caminhar livremente, visitar-se, prover-se de alimentos, desfrutar dos rios e bosques, plantar seus cultivares e desenvolver seu modo de vida, erguer-se como pessoa e sociedade.

Entretanto, a crua realidade é outra: caminhos fechados, falta de lugares adequados e de dimensões suficientes, falta de autonomia. Apesar de viverem nessas condições, as anciãs e os anciãos kaiowás mantêm viva a memória de tempos melhores e sobretudo do tempo mítico que lhes provê imagens motivadoras de uma terra fértil, generosa, com floresta, árvores altas e campos cobertos de plantas menores, terra entrecruzada por caminhos cujos pontos principiantes estão marcados por plantas específicas. É o imaginário que define o *Tekohá* — “lugar onde se é” —, lugar de pertencimento kaiowá. A luta pela demarcação das terras indígenas dos Kaiowá é a luta pelo seu *Tekohá* e *Tekoporã* — “modo belo/bom de viver”.

Dourados, assim como outros municípios de Mato Grosso do Sul, desde o fim dos anos 1960, passou a depender cada vez mais, economicamente,

5 Cabe lembrar que oito reservas foram demarcadas pelo SPI de 1915 a 1928: Dourados, Amambai, Caarapó, Sessoró, Limão Verde e Takuapiry (em território kaiowá) e Porto Lindo e Pirajui (em território guarani). Medindo as maiores 3,6 mil hectares, as oito áreas somam pouco menos de 18,3 mil hectares. Segundo os dados do IBGE (2010), os Kaiowá e Guarani, juntos, são a segunda etnia indígena mais numerosa do país, com 43,4 mil indivíduos, dos quais 35,3 mil vivem em terras indígenas e 8,1 mil fora delas. Nas oito reservas mencionadas acima, vivem mais de 30 mil indígenas.

do agronegócio, o que transformou drasticamente a paisagem do lugar. Da terra coberta pela mata atlântica e pelo cerrado com ilhas de campo, a cidade cresceu imersa num mar de monocultura de soja, cana, milho ou pastagem. Entre os anos de 1950 e 1990, 95% da porção sul do antigo estado do Mato Grosso — desde 1979, Mato Grosso do Sul — foi desmatado. Isso trouxe impactos muito fortes sobre os Kaiowá, pois todos os seus conhecimentos, desde o manejo de plantas e animais até sua cosmovisão e espiritualidade estavam vinculados à floresta (GRÜNBERG, 2006). Essa transformação trouxe consigo também graves problemas fundiários, pois a expansão das fazendas se deu sobre antigas terras indígenas. Sobre a relação dos indígenas com o seu território e o desterro, seguem relatos da liderança kaiowá Valdelice Verón e do antropólogo Eduardo Viveiros de Castro:

O índio kaiowá tinha a sua organização própria, o seu jeito de viver próprio... houve uma ruptura muito forte, onde mexeu com a vida humana do povo kaiowá, o modo de ser do povo kaiowá, né?, e apesar disso, a resistência do Kaiowá. Nós temos lutado, tentado sobreviver, e pra isso tivemos que conviver, viver com essa guerra, né?, sem fim, essa situação de massacre mesmo, né? Isso parece que não vai terminar pra nós⁶.

Pertencer à terra, em lugar de ser proprietário dela, é o que define o indígena. (...) A terra é o corpo dos índios, os índios são parte do corpo da Terra. A relação entre terra e corpo é crucial. A separação entre a comunidade e a terra tem como sua face paralela, sua sombra, a separação entre as pessoas e seus corpos, outra operação indispensável executada pelo Estado para criar populações administradas. (VIVEIROS DE CASTRO, 2017, pp. 190-1)

É importante perceber que houve um impacto social e cultural imenso causado pelo desmatamento praticado abruptamente entre as décadas de 1960 e 1990, que gerou traumas nesses grupos indígenas e uma enorme precarização das suas condições de vida. Dentre as diversas dificuldades que os moradores das retomadas enfrentam, destaca-se a falta de acesso à água.

6 Entrevista concedida à autora por Valdelice Verón, em 2014.

O som do orvalho. Sementes girando dentro do oco de uma cabaça.

“Guysapy, o orvalho secou, esta região que era pura água, secou” (TE-KOHARÃ, 2020).

[Pausa]

PROJETOS-SEMENTE

Neste artigo, pretende-se refletir junto às pessoas que o leem e as/os interlocutoras/es que trago para esta conversa sobre possíveis caminhos para o desenvolvimento de projetos ou ações culturais no contexto das retomadas indígenas dos Kaiowá. Para tanto, realizo uma análise da experiência vivida no projeto sociocultural Caminho das Águas, realizado pelo espaço cultural Casulo, que nasceu da urgência em promover o acesso à água a comunidades indígenas kaiowás do Mato Grosso do Sul, no contexto da crise sanitária causada pela pandemia de Covid-19. Analiso especialmente os desdobramentos dessa proposta, que se iniciou com um perfil de assistência humanitária mas que pretende se transformar em um projeto que permeie as áreas da cultura e dos direitos humanos. Além desse projeto, tomado como fio condutor do nosso texto, abordo outro projeto, este com perfil artístico-cultural, também realizado pelo Casulo durante o período de isolamento social causado pela pandemia. Esse projeto, chamado *Pyruã* – a flor do centro da terra, realizado em território indígena, teve como objetivo principal criar um curta-metragem sobre a história — contada por *Ñandesy* Floriza Souza, liderança espiritual da reserva indígena Jaguapiru — de um menino kaiowá que sai de sua aldeia à procura da flor do centro da terra, o seu umbigo, enterrado no seu Tekohá logo depois do seu nascimento, dentro do território que se transformou em uma retomada indígena.

O percurso do Caminho das Águas e o desejo de seu desdobramento em um projeto sociocultural, entrelaçado às narrativas sobre a experiência do projeto cultural *Pyruã* – a flor do centro da terra, visam compartilhar possíveis perspectivas para a realização de ações culturais em contextos territoriais que se encontram em extrema vulnerabilidade social, como é o caso das retomadas indígenas. Compartilho, portanto, olhares sobre a gestão cultural no contexto das retomadas indígenas, por meio da minha vivência como agente cultural em Dourados, no Mato Grosso do Sul, e relatos de experiências de lideranças indígenas que participaram desses projetos.

TERRA-BROTO

O Casulo – Espaço de Cultura e Arte, sede da Associação Cultural Casulo, existe como casa de cultura desde 2015, promovendo e fomentando eventos culturais, oficinas e apresentações artísticas, especialmente voltadas às linguagens da música, das artes cênicas e às culturas indígenas locais. O espaço Casulo originou-se de uma iniciativa familiar, cujo objetivo era abrir as portas da própria moradia para acolher e produzir coletivos, ensaios e projetos que usufruíssem da casa, transformando-a em um espaço onde o processo criativo fosse uma prática constante. Desde 2016, o projeto deste espaço cultural cresceu e passou a agregar artistas e agentes culturais por meio da Associação Cultural Casulo, responsável pela formulação de projetos, ações culturais e programações artísticas na sede da associação e em outros locais externos ao espaço, como, por exemplo, em territórios indígenas dos Kaiowá e Guarani da região. Dentro das propostas que norteiam o projeto sociocultural do Casulo, destacam-se os seguintes propósitos:

1 - Promover vivências, formação e experimentação nas diversas linguagens artísticas e culturais, com ênfase nas áreas de artes cênicas, música e culturas indígenas, comprometidas com a transformação da sociedade;

2 - Apoiar e realizar ações voltadas para o desenvolvimento sustentável no âmbito social, socioambiental, artístico e cultural;

3 - Facilitar às pessoas da sociedade, principalmente às mais vulneráveis, o acesso à educação artística e aos bens culturais produzidos e a serem produzidos.

Diante do compromisso sociocultural do Casulo e levando em conta o contexto cultural no qual está inserido, fez-se imprescindível desde a sua fundação a realização de projetos culturais comprometidos com as causas indígenas junto às comunidades da cidade e da região. Exemplo dessas realizações foram os projetos formativos: Cantos e Danças Guarani e Kaiowá (2014–2016); Música Indígena no Palco (2015–2017); Mostra Tape Kurusu – cruzamentos entre as artes da cena e as culturas indígenas (2015); Língua e Cultura Kaiowá e Guarani (2016–2021); Literatura Oral Kaiowá para ouvir e ver (2022) e Pupa Filosófica (2022). Estes projetos são alguns dos que se realizaram na sede do Casulo, bem como em comunidades indígenas localizadas em reservas e retomadas indígenas de Douros e distritos, e são fruto de uma caminhada de anos de vivência em territórios indígenas do Mato Grosso do Sul e Paraguai e de visitas regulares aos territórios nos quais parte destas ações tiveram lugar. Devido à vulnerabilidade em que a maioria desses grupos indígenas se encontra,

esses projetos também foram permeados por momentos de luto, escuta sobre as ameaças e os conflitos fundiários entre as famílias indígenas e fazendeiros, junto ao Ministério Público Federal e à Funai, campanhas solidárias de arrecadação de alimentos não perecíveis, roupas entre outras doações, e muita reza. Este cenário tornou-se ainda mais dramático nos últimos anos.

Durante os anos de 2020 e 2021, no ápice do contexto de crise e emergência sanitária causada pela pandemia de Covid-19, a Associação Cultural Casulo se dedicou, dentro das suas possibilidades como tantos outros centros e instituições culturais, a algumas ações humanitárias, por meio dos seus instrumentos: a arte e a cultura. Nesse período, o Teatro de Bolso do Casulo – espaço de cultura e arte, foi local de recepção, armazenamento e distribuição de doações de alimentos, roupas e tecidos. A sala destinada a práticas musicais do Casulo transformou-se em um ateliê de costura de máscaras de proteção para distribuição nas aldeias indígenas, e o jardim do espaço converteu-se em um novo palco, ao ar livre, aberto a artistas que quisessem por meio de suas *lives* contribuir com campanhas solidárias voltadas às comunidades indígenas em situação de vulnerabilidade social. Dentre as campanhas destaca-se o Festival *Mba'e Porã* – arte pela proteção dos povos indígenas, que ocupou o espaço Casulo e se tornou parceira nas ações humanitárias⁷.

Nesse espírito, o Casulo organizou o projeto Caminho das Águas: Água para as comunidades indígenas no contexto da Covid-19, cujo objetivo central é realizar ações que resolvam ou minimizem uma das maiores dificuldades de sobrevivência nas reservas e outras terras indígenas: o acesso à água. Com o apoio financeiro de amigos e amigas do Casulo, de campanhas e de entidades filantrópicas, o projeto entregou até a data 520 reservatórios de água de 200 litros, perfurou 18 poços de água e instalou, fez ou recuperou 4 poços cacimba, colocou 24 caixas-d'água nesses locais, beneficiando cerca de 2,5 mil pessoas nos municípios de Dourados, Douradina, Naviraí e Eldorado.

Com o impacto dessa experiência, brotou no coletivo do Casulo o desejo de expandir o projeto de ação humanitária Caminho das Águas para o campo da criação artística e cultural, por meio de oficinas de teatro, buscando desdobrar em performance teatral a vivência pela procura e chegada da água, bem como sobre todos os outros aspectos e “dramas” da vida das pessoas que residem nessas comunidades. O intuito fundante dessa iniciativa é valorizar e evidenciar, por meio da experiência cênica, a voz das famílias indígenas em contexto de retomada.

⁷ Gravações disponíveis no canal do festival: <https://www.youtube.com/@festivalm-baeporams7735/streams>.

O projeto encontra-se em fase de construção a partir da escuta e observação da primeira edição do projeto Caminho das Águas, no contexto da emergência humanitária. A partir dessa percepção, iniciou-se a estruturação do que poderá vir a ser a segunda edição do projeto, desdobrando-se agora como iniciativa sociocultural. No Casulo, portanto, criamos uma primeira versão do projeto-piloto.

Pretende-se que as oficinas de artes cênicas previstas tenham frequência regular, com enfoque nas linguagens do teatro e do circo, tendo a performance, a dança e a música como possibilidades complementares ao trabalho pedagógico e de criação. A principal referência metodológica das oficinas será a do Teatro do Oprimido, criado pelo teatrólogo e dramaturgo Augusto Boal, além de referências no âmbito do Circo Social. Essas oficinas poderão ser ministradas a qualquer pessoa da comunidade interessada, sem restrição de idade, com o propósito de respeitar a dinâmica social interna da comunidade. A proposta do projeto é que as oficinas se estruturam também a partir dos elementos e da organização já vigentes entre as comunidades, nas quais os processos de aprendizagem se dão coletivamente: mães com suas crianças, pais, lideranças espirituais, avós e avôs, todas/os juntas/os.

Além das oficinas regulares de teatro e circo, o projeto prevê uma consultoria do Centro de Teatro do Oprimido [CTO] e dos Palhaços sem Fronteiras, duas referências artísticas importantes na prática cênica realizada para e com pessoas que vivem em áreas de vulnerabilidade social. Por meio de duas ações formativas, representantes do CTO e dos Palhaços sem Fronteiras compartilharão suas abordagens e metodologias de trabalho com as/osicineiras/os que ministrarão as oficinas nos territórios. Estas ações formativas serão realizadas, de modo intensivo, no Casulo em visitas às comunidades locais. As ações formativas farão parte da preparação artística e pedagógica das/osicineiras/os do projeto.

A relação do Teatro do Oprimido⁸ e dos Palhaços sem Fronteiras⁹ com os projetos realizados pelo Casulo em comunidades indígenas e camponesas em contexto de acampamento e/ou assentamento constituiu-se a partir de dois outros projetos prévios, e voltou a se tornar uma possibilidade nesse projeto pela afinidade pedagógica entre ambas as instituições.

8 <https://ctorio.org.br/home/>.

9 <https://www.palhacossemfronteiras.org.br>

Foto 1: Projeto Japuká, Palhaços sem Fronteiras. Douradina, 2019.



Foto: Ricardo Avellar Vieira.

A programação prevista no projeto cultural que flui do projeto social Caminho das Águas inclui oficinas culturais regulares de artes da cena (teatro e palhaçaria) que serão realizadas em cinco comunidades indígenas que se encontram em situação de vulnerabilidade social; uma mostra artística; e duas ações formativas.

Nesta edição do projeto, pretende-se direcionar as oficinas de artes da cena para o público de crianças, jovens e adultos de cinco comunidades indígenas kaiowás e guaranis de Dourados e Douradina. As comunidades indígenas kaiowás e guaranis que serão beneficiadas pelo projeto serão: Nhu Verá I, Yvu Verá, Jaixe Piru, “Fundão” da Bororó, em Dourados, e Ytay Ka’agwyrusu, em Douradina.

Todas essas comunidades têm um vínculo social com a Associação Cultural Casulo criado na primeira edição do projeto de ação humanitária Caminho das Águas, que teve lugar durante a pandemia de Covid-19.

Foto 2: Pyru'á — a flor do centro da terra, 2021.



Fonte: Acervo pessoal

Pretende-se realizar essa programação em formato presencial, seguindo os protocolos de biossegurança que estarão vigentes no momento da sua execução, e terá seus resultados finais, fruto das oficinas ministradas, publicados em um website conectado à página virtual do Casulo. As oficinas serão realizadas nas comunidades citadas ao longo de sete meses, contando as/osicineiras/os com a orientação de um tutor em artes da cena, uma antropóloga falante da língua kaiowá e um sociólogo especialista em identidade territorial e educação do campo.

Como parâmetro referencial citarei, algumas reflexões oriundas do projeto de teatro de animação *Pyru'ã* — a flor do centro da terra¹⁰, também produzido pelo Casulo. *Pyru'ã* reflexiona sobre o contexto de retomada entre as/os Kaiowá e pode, enquanto projeto cultural já executado, “nortear” o desdobramento do projeto Caminho das Águas. Este, desenvolvido em 2021 com o respaldo da Lei Aldir Blanc, foi realizado em parceria com a anciã e liderança espiritual *Ñandesy Floriza Souza* e conta, por meio de referências do teatro de animação, na língua kaiowá, a história de *Kunumi*, um menino indígena que sai da reserva de Dourados em busca do *Pyru'ã*, a flor do seu umbigo. *Pyru'ã* aqui é compreendido como uma parte do umbigo ou a própria placenta, que tradicionalmente deve ser enterrada ao pé de um Cedro, assim que a criança nasce. Essa prática denota o *Tekohá* — lugar onde se é —, a terra à qual a criança pertence, localizada onde também estão enterrados seus ancestrais. *Kunumi* sente a necessidade de procurar o *Pyru'ã*, plantado por sua avó quando ele ainda era recém-nascido, e encontra o caminho

¹⁰ https://www.youtube.com/watch?v=Q_xhTbaPSJY&t=1s

até o seu tekohá orientado por um som-canto que o conduz até o destino final, o seu lugar de pertencimento.

Nesse projeto, gerou-se um processo criativo com a finalidade de construir uma narrativa cênica para atrair visibilidade e despertar sensibilidade para a luta dos Kaiowá e Guarani por suas terras tradicionais. *Ñandesy Floriza* cria, por meio dos saberes indígenas e da poética que lhes é intrínseca, uma história sobre cultura e territorialidade direcionada para o público infantil e adulto indígena e não indígena.

PALAVRAS-BOTÕES

Para avançar na elaboração da segunda edição do projeto Caminho das Águas, e avaliar se ele faz sentido para as/os moradoras/es das retomadas, fez-se imprescindível a escuta de representantes dos territórios indígenas sobre a primeira edição do projeto, para então elaborar com mais detalhes e propriedade o seu desdobramento, inclusive revendo algumas ações. Nessa parte do artigo, compartilharei a conversa com um casal de moradores e representantes de um dos territórios em situação de retomada em que o projeto Caminho das Águas ocorreu. Como forma de tecer relatos sobre um projeto cultural executado em tal contexto, abordarei também algumas falas da *Ñandesy Floriza*.

Nosso interlocutor, morador de uma retomada, chama-se Robson Vargas Rosatti Kaiowá, tem cerca de 30 anos, e a nossa interlocutora, casada com Robson, chama-se Jaine da Silva Gonçalves Kaiowá, aproximadamente com a mesma idade. Ambos residem na retomada Nhu Verá, território beneficiado pelo projeto Caminho das Águas em 2021–2022.

Iniciamos a conversa falando sobre a chegada deles ao território *Nhu Verá*. Eles compartilham comigo que vivem há dez anos nessa retomada, mas que ela já existe há mais tempo, é uma retomada antiga. Quando pergunto se eles gostariam de falar um pouco sobre como é a vida e o cotidiano em uma retomada, para pessoas *karaí* (não indígenas) que não conhecem esta realidade, Jaine responde:

O que passamos aqui? São dificuldades... sem águas e sem energia elétrica. Muitas vezes passamos por preconceito, e as pessoas falam que somos invasores de terras. Mas nós reconhecemos que na nossa aldeia atual não existe espaço para cada família... A aldeia¹¹ é muito pequena,

11 A palavra “aldeia”, neste contexto, refere-se às reservas indígenas de Dourados.

não cabemos mais nela, por isso nosso antepassado nos dizia que a metade das terras que é dos fazendeiro era nosso... eles passaram a morar nela antigamente, na nossa terra¹². Porque nós índios não somos de ficar em um território só¹³... por isso retomamos o que é nosso por direito, é de ter de volta o que sempre nos pertenceu. A aldeia atual é muito grande de fato, mas muitas famílias cresceram e outras não podem plantar porque o terreno mal dá para plantar. É muito pequeno... Nós está aqui na retomada com muito orgulho porque aqui tem muitas famílias que plantam e produz, muitas das vezes as pessoas que moram na aldeia atual procuram lugar para plantar por passar por dificuldades ou muitas violência dentro das aldeias. E aqui na retomada as pessoas se conhecem, se respeitam e vamos continuar na luta porque isso que é que os índios antes de nós, nossos antepassados, fizeram sempre e nós vamos continuar a fazer e a lutar.

Robson acrescenta:

Não temos medo de tirarem a gente daqui, esta retomada já é antiga, a gente fica. Como é viver na retomada? Como eu vivo né? É diferente de viver na reserva. Eu posso plantar aqui... mandioca, milho, feijão abóbora.

Pergunto quais são as necessidades básicas mais desatendidas na retomada e quais as carências que causam mais prejuízo às famílias. Jaine me responde:

As necessidade são saúde, moradia, educação, porque não temos posto de saúde básico, muitas família moram embaixo de lona, não temos escola, muitas crianças atravessam a aldeia para estudar... as crianças menores de 5 anos não têm acesso à escola como CEIM [Centro de Educação Infantil Municipal].

12 Nesta parte da narrativa, pode-se perceber a memória viva da época em que os indígenas ainda podiam refugiar-se nas matas ciliares das fazendas, época denominada por eles como *Sarambi*, “espalhamento”, antes do confinamento forçado dos Kaiowá e Guarani nas reservas do estado.

13 Referindo-se a uma das características ancestrais da nação Guarani, povos nômades, que caminham, ao longo do rio, para visitar-se uns aos outros.

Ñandesy Floriza, em conversa sobre o projeto *Pyru'ã* realizado em sua comunidade Jaguapiru (reserva indígena de Dourados), explica que as crianças precisam escutar as histórias dos mais velhos, para aprender sobre o “bom modo de ser” kaiowá. Por isso é necessário “ter escola da cultura” no território indígena, fazendo menção ao espaço de ensino chamado carinhosamente por ela de *Mbo'éroy* (escola). Nesta escola, Floriza conta histórias, canta, dança e ensina a “cultura tradicional” dos Kaiowá para as crianças que fazem parte da sua família extensa: netos/as, bisnetos/as, crianças agregadas e vizinhas. Foi nesse contexto que surgiu a história do *Kunumi* à procura do seu *Pyru'ã*, enterrado em uma retomada. Segundo Floriza, não adianta ter apenas escola nos moldes *karaí*; se não houver um espaço para o cultivo da educação indígena no território, as crianças crescem “perdidas”, sem entenderem seu lugar na comunidade.

Volto à conversa com Jaine e Robson. Após a primeira contextualização sobre a retomada, começo a me referir ao projeto Caminhos das Águas: Água para as comunidades indígenas, no contexto da pandemia de Covid-19, e pergunto sobre o impacto que esse projeto teve em suas vidas ali no território da retomada. Robson me responde:

Ele [o projeto] trouxe coisa boa. Agora não temos mais que ir ao córrego. Agora nós pega água no poço. São sete famílias que pega no poço a água. Todo mundo pode tomar banho, lavar roupa, ali mesmo, sem ir pro córrego. Antigamente as crianças e mulheres lavava roupa e tomava banho no córrego, e agora é só no chuveiro (risos). Pra funcionar o poço tem que ter luz elétrica, então tivemos que colocar luz elétrica, se não, não funciona. Isso foi bom, agora tem luz elétrica. Mas também tem que pagar a luz, senão corta, senão, não funciona. Tem as famílias que gasta mais, tem as famílias que gasta menos, tem que dividir a despesa, tem que conversar mais.

Mudou bastante coisa em casa, depois da água no poço... agora tenho tanque de peixe. Já comi bastante peixe... Agora tem plantas que eu plantei, com a água. Agora temos máquina de lavar, aquela máquina de rodar... a centrífuga. Temos geladeira, pra tomar água gelada. Agora temos chuveiro também, não tomamos banho de caneca mais. Bastante coisa, né?

Jaine acrescenta:

O projeto Caminhos das Águas melhoraram muitos as vidas das pessoas que moram na retomada, porque paramos de furar poço manual... de [furar] um

poço [para] dez famílias tomar a água. As pessoas doentes, muitas das vezes gestante e idosos, não precisam mais de puxar água do poço, muito alívio e alegria para a comunidade da retomada.

Aproveito para perguntar sobre o que achariam de, agora, com o acesso à água, eles terem também acesso a algum tipo de aula, curso ou oficina cultural que o Casulo pudesse oferecer. “O que acham desta ideia?” Jaine responde:

Além de água seria bom as pessoas terem acesso a cursos de ambiente e aprender sobre qual é a importância de preservar e evitar queimadas, replantar árvores que os fazendeiro destruíram... E curso de fazer algo que mudasse a vida, tipo ter aulas, porque muitas não sabem ler escrever, e ter acesso de curso de alimentos... confeitaria para que as pessoas ou família possa ter sua renda extra, tal como saber fazer sabão e entre outras, ajudaria muito.

Robson segue:

Seria bom ter aula de curso. Temos vinte crianças. Pra elas não ficarem no celular, teria que acabar com wifi, né? [risos]. As crianças gosta de estudar, querem pra entrar na faculdade e ser alguém na vida, né? A criança gosta de brincar, seria bom pra distrair as crianças ter mais brincadeira. Pra voltar a brincar. Hoje não brinca mais... Se, por exemplo, sábado de manhã, vir o pessoal do Casulo para brincar, ah sim, acho que ia ser legal... Eu queria aprender teclado, o meu sonho é teclado, né? Até agora não consegui tocar.

Quando menciono que o Casulo poderia fazer brincadeiras e teatro com as crianças e as pessoas adultas e velhas, Robson responde: “Teatro também é bom, né? Eu gostaria... se apresentar, falar”.

Por último, pergunto se eles acham que os *karaí* que trabalham com arte e cultura podem ajudar de alguma forma na luta pela demarcação das terras dos Kaiowá e Guarani. Robson responde apenas com a frase: “É bom, né?”.

Jane continua a resposta:

O que vocês podem ajudar é mostrando a realidade do que se passa dentro da aldeia atual e nas retomadas... Como não há espaço, e as famílias crescem, porque muitas não têm onde morar... porque isso é um realidade que muitos não vê, não conhecem, mas gostam de criticar, muitos falam: “muitos índios têm terra, mas não plantam”, “muitos índios não trabalham”, “índios são invasores de terras”; são algumas de muitas palavras que nós, índios, escutamos, e isso não nos agrada, porque nós, a maioria, não somos o que falam, só lutamos pelo nosso território e nossos direitos.

Ao longo da oficina Palavras de *Kuña Poty Rendy’i* – a Mulher da Flor Brilhante, na qual *Nandesy* Floriza contou a suas/seus aprendizs algumas histórias que aprendera com suas avós, Jari Poty’i e Jari Hiche, ela enfatiza a importância de cuidarmos das nossas águas. Nessa oficina, que fez parte do projeto *Pyru’ã*, Floriza lembra que antigamente não tinha água na torneira, era necessário caminhar até o rio para pegar água, e isso era muito trabalhoso. Ela conta para todas/os nós que hoje os peixes estão morrendo, pois *Yjara*, o espírito protetor da água, está sendo morto pelo agrotóxico. É um problema muito grave, e por isso ela acha importante fazer um teatro com as crianças sobre a história da água e, no processo, ela ensinar as rezas que podem curar o *Yjara*. Quando pergunto a Floriza sobre a continuidade dos projetos em cultura, ela responde: “Eu acho muito ótimo, é uma maneira de fortalecer a verdadeira palavra Guarani *ñéé*, mas precisa escutar os mais velhos, sempre. Assim podemos falar sobre os saberes e a luta do território guarani e kaiowá”, articulando ideias sobre o próximo projeto de teatro de animação.

PAISAGENS EMERGENTES

Neste texto reflexivo, quisemos compartilhar pensamentos e práticas de uma organização cultural na busca de possibilidade de atuação junto a comunidades indígenas em situação de emergência humanitária, à margem das políticas públicas de assistência social, educação e cultura. Compartilhar essas questões é também falar de angústias e limitações de agentes culturais que trabalham com públicos em extrema vulnerabilidade social, desassistidos por políticas locais e nacionais.

A partir das narrativas compartilhadas, algumas alterações foram propostas pela equipe de produção do Casulo, no intuito de ir

ao encontro das falas das/os representantes de um dos territórios em retomada. As oficinas de artes da cena devem ser entendidas nesse projeto em seu campo epistêmico expandido, integradas a práticas e cursos de reflorestamento e plantio. O teatro e o circo são linguagens que precisam tecer as práticas que constituem o modo de ser kaiowá e conseqüentemente a luta das/os mesmas/os na atualidade. Nesse sentido, as artes da cena deverão ser praticadas como suporte, como linguagem de expressão sobre as emergências presentes nas retomadas, bem como sobre o percurso de retomar o que lhes pertencia. Nesse trajeto, é importante enfatizar a retomada como lugar de reflorestamento, de recuperação de ritos e costumes tradicionais, de reivindicação do direito a uma vida digna e do acesso à água e à palavra.

Outro ponto observado pela equipe de produção é que o projeto cultural precisará de mediadores, importantes dentro de cada território para elaborar junto aos oficinairos o programa de conteúdos a serem abordados por meio das linguagens teatral e circense, entremeados por práticas e manejos agroflorestais, bioconstruções e práticas culinárias. Nas aulas de teatro, será importante a presença de lideranças espirituais e a partilha de mitos e histórias que compõem o saber kaiowá. Essas narrativas e as demais oficinas servirão de matéria-prima para a criação e o cultivo de uma prática cênica de denúncia e conexão com a “verdadeira palavra kaiowá”, a palavra profunda, que precisa ser dita. Na expectativa de ter aproximado as/os lentes da experiência relatada e do projeto a ser realizado, despeço-me descalça, tingindo a sola dos pés na terra vermelha de Dourados.

A paisagem é emergente. A monocultura se estendeu a todos os sentidos, e é preciso mirar para baixo... para as formigas, para os besouros e para as cigarras que caminham pelo chão. A presença da água faz crescer também o som da caminhada de bichos, plantas e insetos pela terra retomada. As bananeiras, os milhos tradicionais dos Kaiowá *Saboró* e as mandiocas crescem e resistem. Com elas gritam os sabiás felizes pela morada. E com a água faz-se o movimento, a vida e o canto-dança guarani. Um espreguiçar recria novos mundos sempre re-existent.

REFERÊNCIAS

- CHAMORRO, Graciela. “A arte da palavra cantada na etnia kaiowá”. *Bulletin* – Société Suisse des Américanistes, v. 73, pp. 43-60, 2011.
- _____. *História Kaiowá: das origens aos desafios contemporâneos*. São Bernardo do Campo: Nhanduti, 2015.
- MOTA, Juliana G. B. *Territórios, multiterritorialidades e memórias dos povos Guarani e Kaiowá: diferenças geográficas e as lutas pela Des-colonização na Reserva Indígena e nos acampamentos-tekoha – Durados/MS*. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/127974/000848625.pdf>.
- TEKOHARÃ e as Veias da Terra. Vídeo (17 min.). Conversa com Floriza de Souza gravada por Arami Argüello para o projeto Tekoharã e as Veias da Terra. Dourados, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bkfvJ3nV2PI&t=26s>
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. “Os involuntários da pátria”. Transcrição de Aula pública durante o ato Abril Indígena. Rio de Janeiro (Cinelândia), 20 abr. 2016. *Aracê*, São Paulo, ano 4. n. 5, pp. 187-93, fev. 2017. Disponível em: <https://arace.emnuvens.com.br/arace/article/view/140>.